



SEÇÃO: ARTIGOS LIVRES

O diálogo com as religiões: continuidade e descontinuidade a partir do Vaticano II

Dialogue with religions: continuity and discontinuity since from Vatican II

Diálogo con las religiones: continuidad y discontinuidad desde el Vaticano II

Antônio Genivaldo

Cordeiro de Oliveira¹

orcid.org/0000-0002-2076-6973
agcoliveira@pucsp.br

Anderson Costa Pereira¹

orcid.org/0000-0001-9557-6026
pereira-anderson1@hotmail.com

Recebido em: 09/03/2023.

Aprovado em: 30/05/2023.

Publicado em: 13/11/2023.

RESUMO: O presente artigo trata sobre umas das questões mais atuais da Teologia, a saber, o pluralismo religioso. Este pode ser tido entre aqueles sinais dos tempos que o Concílio Vaticano II afirma que é missão e dever da Igreja perscrutar. A reflexão teológica deve buscar uma valoração positiva e uma tomada de consciência acerca dos desafios atuais que se apresentam ao pluralismo religioso. O Vaticano II, em sua pauta, abordou essa realidade ao se referir sobre as religiões não cristãs, tema praticamente inédito em um terreno virgem no âmbito eclesial. Essa Teologia, ainda em construção, reverberou profundamente no Magistério dos papas pós-conciliares (João Paulo II, Bento XVI e Francisco). Assim, neste artigo apresentam-se alguns modelos teológicos presentes no diálogo com as religiões. Em seguida, discutem-se as ressonâncias que a teologia do pluralismo religioso encontrou no Vaticano II. Por fim, destacam-se quais aspectos que representam tanto continuidade e/ou descontinuidade no tocante à questão do diálogo inter-religioso presente no Magistério dos papas pós-conciliares.

Palavras-chave: Pluralismo religioso. Concílio Vaticano II. Papas pós-conciliares.

ABSTRACT: This article deals with one of the most current issues in Theology, namely, religious pluralism. This can be counted among those signs of the times that the Second Vatican Council affirms that is the mission and duty of the Church to scrutinize. The Theological reflection must seek a positive valuation and an awareness of the current challenges facing religious pluralism. Vatican II, in its agenda, addressed this reality when referring to non-Christian religions, a practically unheard of theme in a virgin terrain in the ecclesial scope. This Theology, still under construction, reverberated deeply in the Magisterium of post-conciliar popes (John Paul II, Benedict XVI and Francis). Thus, in this article some theological models present in the dialogue with Religions are presented. Then, it discusses the resonances that the theology of religious pluralism found in Vatican II. Finally, it highlights which aspects represent both continuity and/or discontinuity regarding the issue of inter-religious dialogue present in the Magisterium of post-conciliar popes.

Keywords: Religious pluralism. Second Vatican Council. Post-Conciliar Popes.

RESUMEN: Este artículo trata uno de los temas de mayor actualidad en Teología, a saber, el pluralismo religioso. Este puede contarse entre aquellos signos de los tiempos que el Concilio Vaticano II afirma que es misión y deber de la Iglesia escudriñar. La reflexión teológica debe buscar una valoración positiva y una toma de conciencia de los desafíos actuales a los que se enfrenta el pluralismo religioso. El Vaticano II, en su agenda, abordó esta realidad al referirse a las religiones no cristianas, un tema prácticamente inédito en un terreno virgen en el ámbito eclesial. Esta Teología, aún en construcción, repercutió profundamente en el Magisterio de los papas posconciliares (Juan Pablo II, Benedicto XVI y Francisco). Así, en este artículo se presentan algunos modelos teológicos presentes en el diálogo con las Religiones. Luego, discute las resonancias que la teología del pluralismo religioso encontró en el Concilio Vaticano II. Finalmente, destaca qué aspectos representan tanto la continuidad como la discontinuidad en el tema del diálogo interreligioso presente en el Magisterio de los papas posconciliares.

Palabras clave: Pluralismo religioso. Concilio Vaticano II. Papas posconciliares.



¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

INTRODUÇÃO

O Concílio Vaticano II (1962-1965) representa a busca do *aggiornamento*, em um clima de abertura e diálogo, não somente com o mundo moderno, mas com as demais Igrejas e religiões não cristãs. Sem dúvidas, um dos grandes temas tratados pelos Padres conciliares foi a questão do diálogo inter-religioso. As relações da Igreja Católica com as outras religiões mudaram decisivamente com o Vaticano II, que abordou positivamente a questão. A "espontânea e inesperada flor de primavera", na famosa e popularizada expressão do Papa João XXIII, soou como um bálsamo em meio a tanta aridez e hostilidade a um tema tão controverso. Assim, a questão do pluralismo religioso deixava de ser um tema clandestino e entrava na pauta oficial da Igreja.

As reflexões a respeito do encontro do Cristianismo com as outras religiões, marcadas ao longo de vários séculos por controvérsias e inimizades, encontram no século XX, com o Concílio Vaticano II, novo cenário com uma nova mentalidade mais aberta e dialógica. Contudo, nos pontificados pós-conciliares, houve claros momentos de continuidades e descontinuidades sobre o diálogo com as religiões. Nesse sentido, objetivava-se apresentar um quadro panorâmico sobre quais ressonâncias a Teologia do pluralismo religioso encontrou no Magistério dos Papas pós-conciliares, referindo-se especificamente aos pontificados de João Paulo II, Bento XVI e, atualmente, Francisco².

Mediante o itinerário e o método hermenêutico, com análise de fatos, documentos e discursos pontíficos, a que se propõe este artigo, será possível compreender o diálogo com as religiões a partir do Vaticano II. A princípio, parte-se da fundamentação teológica expondo uma síntese sobre os modelos teológicos presentes no diálogo com as religiões. Em seguida, apresenta-se o Concílio Vaticano II como marco da mudança de mentalidade no campo inter-religioso. Finalmente,

destacam-se elementos que representam tanto continuidade quanto descontinuidade no tocante à questão do diálogo inter-religioso presente no pós-Concílio. Ao final, elaboram-se algumas conclusões em um olhar pluralista sobre a realidade, levando em consideração a significativa importância dessa temática para o mundo atual.

MODELOS TEOLÓGICOS NO DIÁLOGO COM AS RELIGIÕES

Dentro da discussão teológica sobre as religiões, há alguns modelos de base que são a chave de leitura para compreensão das reflexões sobre a questão: **exclusivismo**, **inclusivismo** e o **pluralismo**, universalmente admitidos no âmbito da Teologia das Religiões. Entretanto, no âmbito cristão, essa classificação tripartite costuma comportar também outras categorias e outros nomes, que correspondem paralelamente à classificação já mencionada: **eclesiocentrismo**, **crístocentrismo** e **teocentrismo** (Vigil, 2006). Esses três modelos teológicos são fundamentais para entender de que modo são vistas as diversas matrizes do pensamento religioso. Tais modelos "são recentes, pois a própria Teologia das Religiões é bem jovem, posterior a 1960" (Vigil, 2006, p. 75).

No modelo exclusivista, as outras tradições religiosas são vistas como inadequadas ou ineficientes à salvação. Trata-se de um pensamento fundamentalista no qual o Cristianismo alega que somente essa religião chegou à compreensão total e acabada em matéria de salvação, de tal modo que somente ela possui a verdade integral. A ideia fundamental do modelo exclusivista é que somente uma religião ou somente uma igreja se apresenta como a única correta ou a síntese do único caminho possível de encontro com o Divino. Assim, só existe uma única via de salvação.

Por essa razão, esse modelo é também denominado de eclesiocentrismo, uma vez que a Igreja é tida como detentora da mediação sal-

² O brevíssimo pontificado de João Paulo I (26/08 a 28/09 de 1978) não lhe permitiu desenvolver um Magistério pós-conciliar. Eleito sucessor de Paulo VI, nos bastidores questionava-se muito que rumo ele daria para a Igreja. O fato de ele ter adotado o nome de "João Paulo" sinalizou que ele daria continuidade às políticas eclesiais de seus dois predecessores. Seria o Papa da conciliação. Porém, isso acabou na noite de sua morte.

vífica. Nesse sentido, o axioma *extra ecclesiam nulla salus* (fora da Igreja não há salvação) “não abre qualquer possibilidade de salvação para os membros das outras tradições religiosas” (Teixeira, 2012, p. 21). No campo protestante, Karl Barth (1886-1968) protagonizou certo exclusivismo quando concebeu “a religião como o esforço da humanidade em buscar a Deus, esforço ao qual se contrapõe radicalmente o fato da revelação, pelo qual Deus ‘sai gratuitamente ao encontro’ da humanidade” (Vigil, 2006, p. 75).

Por outro lado, o modelo inclusivista reconhece os valores positivos de outras tradições religiosas, admitindo, de alguma maneira, que as demais religiões também são caminhos, mas somente apontam, direta ou indiretamente, para as bases essenciais do Cristianismo. Dessa forma, passa-se do eclesiocentrismo (exclusivismo) para o cristocentrismo (inclusivismo). Essa mudança de perspectiva na teologia católica assumida pelo Concílio Vaticano II foi operacionalizada pelo teólogo Karl Rahner (1904-1984) com a teologia dos “cristãos anônimos”, ou seja, todo aquele que vive valores religiosos relacionados ao projeto de Deus em Cristo é um cristão, ainda que não saiba. Nesse sentido, as demais “religiões deixam de ser vistas como simples expressões ‘naturais’ de uma busca humana e passam a ser reconhecidas em sua dimensão sobrenatural, definida pela operante presença do mistério de Jesus Cristo em seu interior” (Teixeira, 2012, p. 42).

Essa ideia também é afirmada pelo Padre jesuíta Jacques Dupuis (1923-2004), porém defendendo um “inclusivismo aberto” (Dupuis, 2004, p. 109). Para ele, há “vários rios que correm para o mesmo oceano” (Dupuis, 2004, p. 231). Ainda segundo Dupuis (2004, p. 73), “nenhuma religião, pois, é meramente natural. Em toda religião se encontra, historicamente, uma intervenção divina na história das nações e se reconhece uma presença existencial do mistério da salvação em Jesus Cristo”. Assim, ninguém está excluído do mistério do amor de Deus. Nele, “a Igreja, as Igrejas cristãs, são pequenas e minoritárias em relação à humanidade; Cristo, porém, preenche não somente a Igreja, mas também as outras

religiões” (Vigil, 2006, p. 79).

Finalmente, a perspectiva pluralista assume outra postura, diferente do exclusivismo e do inclusivismo. Esse modelo tem como eixo de debate o teocentrismo ou o reinocentrismo, “segundo a qual todas as religiões participam da salvação de Deus, cada uma por si mesma e a seu modo. Ou seja, não há uma religião que esteja no centro do universo religioso. No centro está somente Deus” (Vigil, 2006, p. 63-64).

A postura pluralista não reconhece uma religião como “superior e perfeita”, como sendo “único e exclusivo meio de salvação”, mas cada religião aparece como autônoma e verdadeira. Cada religião seria mediação de salvação, de tal modo que Cristo e a Igreja não seriam o único caminho possível para chegar a Deus. O pluralismo religioso não somente constata o fenômeno da multiplicidade de religiões, mas interroga-se sobre o porquê dessa diversidade em uma abordagem positiva. Essa pluralidade, antes vista como fato lamentável e negativo nos outros modelos, ou seja, como não sendo da vontade de Deus, nesse novo modelo abre espaço à positividade das diversas religiões.

Esta posição pluralista reivindica uma igualdade básica das religiões, não um igualitarismo que queira fazê-las praticamente idênticas. O que é essa igualdade básica? Em essência, é a negação da possibilidade do inclusivismo. Ou seja, o paradigma teológico pluralista sustenta que as religiões são basicamente iguais, no sentido – e só neste sentido – de não ser apenas uma delas a única verdadeira ou a depositária da salvação, da qual todas as demais seriam devedoras, subsidiárias ou participantes, mas sim que todas ocupam um estatuto salvífico basicamente igual (Vigil, 2006, p. 61).

Esse modelo é chamado de teocentrismo porque no centro está somente Deus, as religiões giram em torno de Deus (Vigil, 2006). Trata-se de uma teologia que parte da realidade pluralista religiosa. Jacques Dupuis (2004, p. 109) é audaz ao afirmar que “as várias religiões – inclusive o cristianismo – representam outras tantas vias que levam a Deus, cada uma das quais possui, apesar das diferenças, igual validade e valor”. Assim, Cristo seria caminho, mas não o único caminho.

O teólogo José Maria Vigil (2006, p. 61), defensor do pluralismo, argumenta que "uma conceitualização simplificada poderia nos levar a entender o pluralismo como o contrário do exclusivismo". Entretanto, as posições teológicas pluralistas defendida por ele e outros teólogos não estão elaboradas por contraposição ao exclusivismo, tampouco ao inclusivismo (um não é o contrário do outro).

Dessas três posições, Vigil (2006, p. 81) acredita que "no Cristianismo, tanto católico como protestante, o inclusivismo é atualmente a posição majoritária". A Comissão Teológica Internacional (CTI, 1997, n. 11) afirma que a maioria dos teólogos católicos, com algumas diferenças de enfoques, "aceita que a salvação possa acontecer nas religiões, porém lhes nega uma autonomia salvífica devido à unicidade e universalidade da salvação de Jesus Cristo".

Todavia, reconhece-se que o exclusivismo foi hegemônico durante séculos (sobretudo do século XIV ao século XX) e lançou fortes raízes em nossa consciência que, em nosso modo de pensar e falar, muitas vezes subjaz uma visão e consciência exclusivista.

O CONCÍLIO VATICANO II: MARCO DA MUDANÇA DE MENTALIDADE

Segundo o Papa Bento XVI, em alocução à Cúria Romana no dia 22 de dezembro de 2005, há duas abordagens hermenêuticas opostas do Vaticano II: a "hermenêutica da descontinuidade e da ruptura" e a "hermenêutica da reforma". Bento XVI opta por uma "combinação de continuidade e descontinuidade" (Phan, 2014, p. 5), conjugando os dois conceitos. Pode-se aplicar tal princípio à Teologia das Religiões.

Mesmo encontrando nos primeiros séculos apreciações positivas das demais religiões em alguns Padres da Igreja, nos séculos posteriores à pluralidade das religiões não foi considerada de forma positiva pela Igreja. Ela parecia ser um

erro humano que precisava ser corrigido pela sua ação missionária. Assumiu-se, assim, uma visão "exclusivista" da verdade ("Fora da fé cristã não há verdade") e "eclesiocêntrica" da salvação ("Fora da Igreja não há Salvação").

No entanto, a partir do Concílio Vaticano II, especificamente, com a declaração *Nostra Aetate*, houve uma reviravolta ou, expressando-se nos termos do Papa Bento XVI, houve uma "descontinuidade" ou "ruptura" entre os Concílios de Florença³ (1431-1445) e o Vaticano II (1962-1965). Novas luzes foram lançadas sobre a sombria posição exclusivista da verdade e eclesiocêntrica da salvação:

A Igreja católica não rejeita o que é verdadeiro e santo em todas as religiões. Considera suas práticas, maneiras de viver, preceitos e doutrinas como reflexo, não raramente autêntico, da verdade que ilumina todos os seres humanos, ainda que se distanciem do que ela crê e ensina. Anuncia, porém, a Cristo, e se sente incessantemente obrigada a fazê-lo, como "caminho, verdade e vida" (Jo 14,6), em quem todos somos chamados a encontrar a plenitude da religião e em quem Deus reconciliou consigo todas as coisas (NA, n. 2).

O fundamento teológico aparece explícito: "Todos os povos são uma só comunidade, por terem uma única origem. Foi Deus quem fez o gênero humano habitar sobre toda a face da terra. Têm também um único fim último: Deus, cuja providência, as manifestações de amor e os auxílios para a salvação se estendem a todos" (NA, 1); afirma ainda que "a Igreja rejeita como contrária ao pensamento de Cristo toda discriminação ou perseguição por causa das diferenças de raça, cor, condição ou religião" (NA, 5). Ademais, o decreto *Ad Gentes* adverte que "o correto exercício da atividade missionária requer a preparação científica dos evangelizadores para o diálogo com as Religiões e as culturas não-cristãs" (AG, 34).

Desse modo, a posição teológica eclesiocêntrica exclusivista, hegemônica até o Concílio Vaticano II, foi parcialmente superada quando, no Concílio, abriu-se o caminho para o diálogo com

³ "A Igreja crê firmemente, confessa e anuncia que 'nenhum dos que estão fora da Igreja católica, não só os pagãos', mas também os judeus ou hereges e cismáticos, poderá chegar à vida eterna, mas irão para o fogo eterno 'preparado para o diabo e para os seus anjos' (Mt 25,41), se antes da morte não tiverem sido a ela reunidos; [...] Nenhum, por mais esmolas que tenha dado, e mesmo que tenha derramado o sangue pelo nome de Cristo, poderá ser salvo se não permanecer no seio e na unidade da Igreja católica" (Denzinger, 2007, n. 1350).

outras Igrejas e religiões. Pode-se dizer que houve uma “mudança de modelo” entre Florença e o Vaticano II, passando de um exclusivismo rigorista a certo inclusivismo moderado. A substancial contribuição da declaração *Nostra Aetate* abriu novos caminhos na Igreja. Diferente do fechamento ocorrido na história, verifica-se um significativo caminho de abertura e valorização das verdades contidas nas religiões em geral.

A Comissão Teológica Internacional, em seu texto já citado, *O Cristianismo e as Religiões*, afirma que:

O eclesiocentrismo exclusivista, fruto de determinado sistema teológico, ou de uma compreensão errada da frase “extra Ecclesiam nulla salus”, já não é defendida pelos teólogos católicos depois das claras afirmações de Pio XII e do Concílio Vaticano II sobre a possibilidade de salvação para os que não pertencem visivelmente à Igreja (cf. por exemplo LG 16; GS 22) (CTI, 1997, 10).

O Concílio Vaticano II reorientou sua perspectiva e critérios acerca do diálogo inter-religioso. Assim, determinadas atitudes podem e devem ser revistas: “A Igreja proíbe severamente toda coação ou insistência demasiada que obrigue, leve ou atraia as pessoas para a fé, com a mesma energia com que condena corajosamente todas as ameaças que tendam a afastar as pessoas da fé” (AG, 13). E abandona velhos modelos quando afirma que toda pessoa sincera de coração e que busca a Deus e sua vontade pode obter a salvação (cf. LG, 16). Outro aspecto diz respeito a conceitos e realidades que no modelo exclusivista acabaram se fundindo, tais como Igreja e Reino, Igreja de Cristo e Igreja Católica romana⁴. Essa última, o Concílio introduziu uma distinção por meio da controversa expressão *subsistit in* (cf. LG, 8). Vale a pena citar as palavras de Leonardo Boff a esse respeito:

A Igreja católica, apostólica, romana é por um lado a Igreja de Cristo e por outro não o é. É a Igreja de Cristo porque nesta mediação concreta ela aparece no mundo. Mas também não o é porque não pode pretender se

identificar exclusivamente com a Igreja de Cristo, porque esta pode subsistir também em outras Igrejas cristãs. O Concílio Vaticano II, superando uma ambiguidade teológica de eclesiologias anteriores que tendiam a identificar pura e simplesmente a Igreja de Cristo com a Igreja católica romana, ensina com acerto: “Esta Igreja (de Cristo), constituída e organizada neste mundo como uma sociedade, subsiste na Igreja Católica (*subsistit in*: tem sua forma concreta na Igreja Católica)”. Evita dizer como estava em documentos anteriores: é a Igreja de Cristo (Boff, 1982, p. 124-125).

Outros documentos como *Dignitatis Humanae* (n. 2-3) e *Gaudium et Spes* (n. 3) demonstram a importância do diálogo e da tolerância para a convivência pacífica entre as religiões e postulou a existência de realidades, por exemplo, as sementes da Palavra (*Lógos spermatikós*) presentes nas religiões (Dupuis, 2004). Não obstante isso, nunca se deixou de afirmar que “a Igreja é assim, para todos e para cada um dos homens em particular, o sacramento visível da unidade da salvação: estende-se a todas as latitudes e penetra toda a história humana, sem deixar de transcender a todos os tempos e limites” (LG, 9). Interessante notar que a declaração *Nostra Aetate* não utiliza a palavra “revelação” ao se referir às outras religiões. O Vaticano II afirmou várias vezes a necessidade explícita da Igreja na ordem da salvação. Entretanto, como questiona Dupuis (2004), o Concílio não deixou claro o porquê da necessidade universal da Igreja no plano divino de salvação.

O PERÍODO PÓS-CONCILIAR: CONTINUIDADE E DESCONTINUIDADE

O período pós-conciliar abrange, além do próprio pontificado de Paulo VI que presidiu o Concílio a partir do segundo período, os pontificados de João Paulo II, Bento XVI e, atualmente, Francisco. Esses Papas assumiram como missão a tarefa de abertura para o diálogo, promovida pelo Vaticano II. Os desafios e perspectivas, continuidades e descontinuidades foram as mais diversas possíveis.

⁴ Jacques Dupuis (2004) afirma que no documento *Mystici Corporis* (1943) de Pio XII há uma clara identificação entre Igreja de Cristo e Igreja católica e que o documento *Redemptoris Missio* (1990) de João Paulo II é o primeiro documento pontifício em que se distingue claramente Igreja e Reino de Deus, embora os mantendo sempre juntos.

À guisa de introdução, vale ressaltar que o Papa Paulo VI, como também sendo Papa pós-conciliar, promoveu relevantes iniciativas para com as religiões: Paulo VI visitou a Terra Santa, em 1964. Foi o primeiro Papa a visitar a Índia, por ocasião do 38º Congresso Eucarístico Internacional em Bombaim. Em sua fala, citou uma oração do *upanixade Brihadaranyaka*⁵ I, 3, 28, que, diz ele, está "tão cheia do espírito do Advento" (Phan, 2014, p. 11). Visitou o Líbano, no qual foi recebido pelos líderes das principais correntes religiosas do país. Em 5 de junho de 1972, houve seu encontro histórico com o venerável Somdej Phra Wannarat, 17º Patriarca Budista Supremo da Tailândia, que o visitou no Vaticano.

O Papa Paulo VI fez diversos contatos diplomáticos com países árabes. Estabeleceu ainda o Secretariado para os não cristãos (mais tarde chamado Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso) e publicou a significativa Encíclica sobre o diálogo *Ecclesiam Suam* (1964). Em 1974, o Papa Paulo VI estabeleceu a Pontifícia Comissão para as Relações com os Judeus, hoje atuando dentro do Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos (Phan, 2014, p. 11).

O pontificado de João Paulo II (1978-2005)

Em seu longo pontificado, o Papa João Paulo II deu passos significativos em relação ao diálogo com as outras religiões. Tanto suas viagens quanto seus muitos encontros com representantes de religiões não cristãs indicam seu interesse em desenvolver um profundo diálogo para com as religiões que coexistem no mundo. É uma missão que João Paulo II assumiu com grande coragem e vigor. Pode-se citar alguns desses encontros do Pontífice Romano, sobretudo com grupos muçulmanos: Em 10 maio de 1984, na Tailândia, encontra-se com lideranças espirituais do Budismo.

- Em Nairóbi, no Quênia, em 18 de agosto de 1985, reúne-se com diretores e re-

presentantes da comunidade de hindus e islâmicos.

- Em 19 de agosto de 1985, no Marrocos, encontra-se com vários jovens muçulmanos em Casablanca.
- Em 1º de fevereiro de 1986, realiza uma visita a Raj Ghat, monumento dedicado à memória de Mahatma Gandhi. No dia 2 de fevereiro, encontra-se com representantes das outras tradições religiosas e culturais no estádio Indira Gandhi.
- No dia 13 de abril de 1986, visita a Sinagoga de Roma.
- Um acontecimento singular foi quando, aos 27 de outubro de 1986, João Paulo II promoveu um encontro inter-religioso na cidade de Assis, na Itália, iniciativa que ele repetiu em 1993 e 2002. A expressão "espírito de Assis", cunhada por ele, tornou-se símbolo do diálogo entre as religiões.
- Em 14 de maio de 1999, em uma audiência privada no Vaticano, o Patriarca da Babilônia dos caldeus foi visitar o Papa João Paulo II, acompanhado de dois dignitários muçulmanos. Um deles trazia nas mãos um exemplar do Alcorão. Quando o Papa recebeu o livro, inclinou-se e o beijou.
- É significativo ainda mencionar sua viagem à Terra Santa, no período de 20 a 26 de março de 2000, em que coloca um bilhete com uma oração no Muro das Lamentações.
- Outro acontecimento singular na sua trajetória foi a visita à Mesquita Umayyad, em Damasco, no dia 6 de maio de 2001.

Vale destacar a avaliação positiva do pontificado do Papa João Paulo II feita pelo historiador jesuíta John O'Malley:

As ações de João Paulo II significaram não apenas uma renúncia implícita, mas dramática, a qualquer coisa com esse papel, mas também a assunção de outro – construtor de pontes, companheiro de peregrinação e agente de promoção do respeito e compreensão mútuos. Ele se encontrou com muçulmanos mais de

⁵ Escrito hindu.

60 vezes durante o seu pontificado. Em 1985, realizou um comício com jovens muçulmanos em Casablanca, no qual disse: "Acreditamos no mesmo Deus, o Deus vivo que criou o mundo e que leva suas criaturas e que leva suas criaturas à perfeição". Ele foi o primeiro papa a entrar em uma mesquita (em Damasco, maio de 2000), e lançou no Vaticano cinco diálogos permanentes com grupos muçulmanos (O'Malley, 2021, p. 38).

Ademais, o Papa João Paulo II em seu pontificado desenvolveu o tema do diálogo inter-religioso em uma série de Exortações Apostólicas pós-sinodais frutos de vários Sinodos continentais: *Ecclesia in Africa* (1995) n. 65-67; *Ecclesia in America* (1999) n. 49-51; *Ecclesia in Asia* (1999) n. 29-31; *Ecclesia in Oceania* (2001) n. 23-25 e *Ecclesia in Europa* (2003) n. 53-57. Por outro lado, as Encíclicas *Redemptor Hominis* (1979) n. 4,6-12, *Dominum et Vivificantem* (1986) n. 53 e *Redemptoris Missio* (1990) n. 21-30; 55-57 também tecem pertinentes considerações sobre o diálogo inter-religioso e as tradições religiosas. Nessa última, Papa João Paulo II reconhece que "a presença e a atividade do Espírito não atingem somente os indivíduos, mas a sociedade e a história, os povos, as culturas, as Religiões" (RM, 28).

Outros dois documentos podem ser citados ainda no pontificado de João Paulo II, no tocante especificamente ao tema do diálogo inter-religioso: *Diálogo e Missão* (1984), sobre a Igreja e as outras religiões, publicado pelo Secretariado para os não cristãos, e a instrução *Diálogo e anúncio: reflexões e orientações sobre o diálogo inter-religioso e o anúncio do evangelho de Jesus Cristo* (1991), publicada pelo Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso.

Entretanto, no Livro-entrevista *Cruzando o limiar da Esperança*, o Papa João Paulo II (1994, p. 42) afirmou que o Islamismo adora o único Deus, vivo, subsistente, misericordioso e onipotente, criador do céu e da terra, mas "é um Deus bem distante do mundo". Desse modo, ele assevera, não há no Islamismo espaço para a Encarnação; não é uma religião da redenção. Isso, para ele, aplica-se também ao Judaísmo:

Quem, conhecendo bem o Antigo e o Novo Testamento, ler o Corão, vê claramente o pro-

cesso de redução da divina Revelação que nele se efetuou. É impossível não perceber como ele está longe daquilo que Deus disse de Si mesmo, primeiro no Antigo Testamento pela boca dos profetas, e depois de modo definitivo no Novo Testamento por meio do seu Filho. Toda esta riqueza da autorrevelação de Deus, que constituiu o patrimônio do Antigo e do Novo testamentos, foi de fato posta de lado no Islamismo. Ao Deus do corão se dão alguns dos nomes mais velhos que se conhecem na língua humana, mas em última instância trata-se de um Deus fora do mundo, um deus que é apenas majestade, nunca Emanuel, Deus-conosco. O Islamismo não é uma religião de redenção. Nele não há espaço para cruz e para a ressurreição (João Paulo II, 1994, p. 98).

Na Encíclica *Fides et Ratio* (1998), João Paulo II afirmou que só a Igreja Católica tem a verdade total, defendendo tal princípio como condição prévia para o diálogo inter-religioso: "O fato de acreditar na possibilidade de se conhecer uma verdade universalmente válida não é de forma alguma fonte de intolerância; pelo contrário, é condição necessária para um diálogo sincero e autêntico entre as pessoas".

O momento mais emblemático de descontinuidade do pontificado de João Paulo II, no que tange ao diálogo inter-religioso, se dá quando, no ano do Jubileu do ano 2000, como que em contradição com todo o trabalho que estava fazendo, publica-se a declaração *Dominus Iesus*. Esse texto, assinado por ele, foi emitido pela Congregação para a Doutrina da Fé, cujo prefeito era o cardeal Joseph Ratzinger, e tratava sobre a unicidade e universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja, datado de 6 de agosto de 2000.

Sobre o diálogo inter-religioso, a declaração *Dominus Iesus* (2000) assim se posiciona:

A paridade, que é um pressuposto do diálogo, refere-se à igual dignidade pessoal das partes, não aos conteúdos doutrinários e muito menos a Jesus Cristo – que é o próprio Deus feito Homem – em relação com os fundadores das outras religiões. A Igreja, com efeito, movida pela caridade e pelo respeito da liberdade, deve empenhar-se, antes de mais, em anunciar a todos os homens a verdade, definitivamente revelada pelo Senhor, e em proclamar a necessidade da conversão a Jesus Cristo e da adesão à Igreja através do Batismo e dos outros sacramentos, para participar de modo pleno na comunhão com Deus Pai, Filho e Espírito Santo. Aliás, a certeza da vontade salvífica universal de Deus não diminui, antes aumenta,

o dever e a urgência do anúncio da salvação e da conversão ao Senhor Jesus Cristo.

Além de negar a "igualdade entre as religiões", princípio contraditório a uma assimetria "querida por Deus" entre Igreja Católica e religiões não cristãs, a citada declaração afirma a plenitude da verdade na Igreja Católica com a coexistência de bons elementos de santificação e verdade nas outras religiões, mas sem eficácia salvífica:

Com a expressão "*subsistit in*" o Concílio Vaticano II quis harmonizar duas afirmações doutrinárias: por um lado, a de que a Igreja de Cristo, não obstante as divisões dos cristãos, continua a existir plenamente só na Igreja Católica e, por outro, a de que "existem numerosos elementos de santificação e de verdade fora da sua composição", isto é, nas Igrejas e Comunidades eclesiais que ainda não vivem em plena comunhão com a Igreja Católica. Acerca destas, porém, deve afirmar-se que "o seu valor deriva da mesma plenitude da graça e da verdade que foi confiada à Igreja Católica" (CDF, 2009, 16).

Grosso modo, trata-se de um texto profundamente cristocêntrico e eclesiocêntrico, recuperando modelos que pareciam estarem superados. A referida declaração, tida como o *iceberg* contra o qual o barco do pluralismo religioso bateu, recebeu inúmeras críticas de vários estudiosos. Segundo Faustino Teixeira (2010), "a declaração significou um forte impacto. Na ocasião, as repercussões são muito negativas entre as instâncias que trabalham os temas do ecumenismo e do diálogo inter-religioso". O autor é taxativo ao reconhecer que

A forma como o documento trata as outras religiões é extremamente pobre, revelando uma teologia que não é capaz de ver no outro senão um momento de passagem para um patamar mais elevado, que se arroga o espaço privilegiado para a autêntica experiência reveladora de Deus (Teixeira, 2010).

O debate sobre a Teologia do pluralismo e o diálogo inter-religioso depois da *Dominus Iesus* passou por grandes reviravoltas. Depois da declaração, houve retaliações quando da publicação de livros que, de alguma maneira, estavam em desacordo com as ideias exclusivistas da declaração. Entre esses livros e autores notificados

estão Jacques Dupuis e Roger Haight. Com certeza, mais de duas décadas após a declaração, vale a pena se questionar quais foram os rumos que a Teologia do pluralismo religioso tomou. Veio somente instaurar um "tempo de silêncio" sobre a questão ou reavivar antigos modelos considerados já superados?

A polêmica declaração *Dominus Iesus*, voz dissonante em meio aos seus posicionamentos, leva-nos ainda a se questionar sobre as linhas apontadas por João Paulo II nos documentos outrora citados e as linhas apresentadas na declaração. Ademais, sobre a declaração, não se deve ignorar o fato da fragilidade da saúde de João Paulo II e a forte liderança romana de Ratzinger. Certamente, João Paulo II foi o Papa que mais escreveu sobre o assunto e mais promoveu diálogos inter-religiosos após o Concílio Vaticano II.

O pontificado de Bento XVI (2005-2013)

Para entender as posições de descontinuidade do Papa Bento XVI sobre o tema do pluralismo religioso, precisa-se levar em conta seu itinerário como professor acadêmico, teólogo, bispo, cardeal e prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé (CDF) e, por fim, Papa, bem como seu perfil "inflexível".

No período de sua atuação como prefeito da CDF, reagiu de forma enérgica contra aqueles que defendem um "pluralismo religioso de princípio", assinando a declaração *Dominus Iesus* e com a notificação a propósito do livro de Jacques Dupuis, *Para uma teologia cristã do pluralismo religioso*, e de Roger Haight com o livro *Jesus, símbolo de Deus*.

O Papa Bento XVI algumas vezes fez declarações que suscitavam críticas e controvérsias severas. A declaração mais explosiva pode ser considerada aquela em uma palestra intitulada "Fé, razão e a universidade: memórias e reflexões", em sua antiga Universidade em Regensburg, na Alemanha, em 12 de setembro de 2006, para um público de 1.500 representantes do meio científico. O'Malley (2021, p. 66) assim relata:

Durante o discurso, o papa disse: "Mostrem-me exatamente o que Mohammed trouxe de

novo, e lá você encontrará coisas apenas más e desumanas, como o mandamento dele de espalhar pela espada a fé que ele pregou". Embora o Vaticano tenha explicado que o Papa estava citando uma fonte medieval, e não expressando a sua própria opinião, os muçulmanos reagiram com choque e raiva. A declaração provocou tumultos anticristãos em várias cidades muçulmanas e criou uma crise internacional para a Santa Sé.

Na polêmica, o Papa Bento XVI fez referências à *jihad*, traduzindo o conceito como "Guerra santa", o que fez líderes islâmicos o acusarem de insinuar que o Islã é uma religião violenta. Bento XVI citou o diálogo do imperador bizantino do século XIV, Manuel II Paleólogo (1350-1425), com um persa, que afirmou que Maomé, o profeta islâmico, "espalhou pela espada a fé que pregava" (O'Malley, 2021, p. 66).

O Papa Bento pediu desculpas por qualquer ofensa que tivesse cometido e fez questão de visitar a Turquia, um país predominantemente muçulmano, e rezar na Mesquita Azul. Posteriormente ele se encontrou com estudiosos muçulmanos em um seminário católico-muçulmano em Roma e fez o possível para tranquilizá-los sobre seu apreço. No entanto, o dano tinha sido feito e parecia quase impossível para ele reparar (O'Malley, 2021, p. 66).

Recordando! Naquele mesmo ano, em 30 de novembro de 2006, ele esteve ao lado do Grande Mufti, na Mesquita Azul de Istambul, em um momento de oração silenciosa, sinalizando o diálogo como caminho para o futuro da humanidade. *A priori*, a afirmação apareceu estranha, pois, como afirma O'Malley (2021, p. 38), "ele de fato vê a religião muçulmana como uma aliada com ele contra o secularismo". Por outro lado, no livro *O Sal da Terra*, o então cardeal Ratzinger afirmou que não é possível a igualdade entre as religiões, uma vez que defendem ideais diferentes:

É que (as religiões) não são iguais. Há graus diferentes, e há religiões manifestamente doentes, que também podem ser destrutivas para o Homem. [...] A crítica marxista da religião tem razão na medida em que há religiões e práticas religiosas que são alienantes para o Homem. Lembremo-nos, por exemplo, de que na África a crença nos espíritos ainda continua a ser um grande obstáculo para o desenvolvimento da terra e para a construção de uma estrutura econômica moderna. Se preciso me proteger dos espíritos por todos os lados, e se um medo

irracional determina todo o meu sentimento da vida, então o que deveria ser religião certamente não é vivido como deve ser, no mais profundo de mim mesmo. E, assim, também podemos verificar que no cosmos religioso indiano [...] existem formas muito diferentes; algumas muito elevadas, puras, marcadas pela ideia do amor, mas também algumas formas muito cruéis, das quais fazem parte ritos homicidas. [...] A ideia de uma igualdade das religiões fracassa, muito simplesmente, perante os fatos da história das religiões (Ratzinger, 1997, p. 20-21).

No mesmo livro, declarou que há verdadeiras dificuldades para o diálogo entre cristãos e islâmicos, sendo, a principal delas, a falta de unidade do credo:

Julgo que é preciso saber que o Islã não é um todo unitário. Não tem uma instância unitária, por isso o diálogo com o Islã é sempre um diálogo com determinados grupos. Ninguém pode falar em nome do Islã no seu todo, ele não tem, por assim dizer, uma ortodoxia regulada em comum. E também se apresenta, excetuando as divisões entre sunitas e xiitas, em variantes diferentes. Há um Islã "nobre", representado, por exemplo, pelo rei do Marrocos, e há o Islã extremista, terrorista, que não pode ser identificado com o Islã em geral; seria injusto (Ratzinger, 1997, p. 193).

Outra dificuldade apontada pelo cardeal Ratzinger consiste nas diferentes visões de mundo entre o Islamismo e o Cristianismo:

Há no Islã uma totalidade da organização de vida completamente diferente, envolve tudo, e a sua organização de vida é diferente da nossa. Há uma subordinação muito clara da mulher ao homem, existe uma ordem muito rígida do direito penal e de toda a vida, contrária às nossas concepções modernas de sociedade. É preciso ter presente que não se trata simplesmente de uma confissão que também se possa inserir no espaço liberal da comunidade pluralista. Quando é apresentado dessa maneira, como hoje às vezes acontece, o Islã torna-se uma declinação de um modelo cristão e deixa de ser visto como realmente é. A questão do diálogo com o Islã é, portanto, muito mais complicada do que um diálogo no interior do cristianismo (Ratzinger, 1997, p. 193-194).

Apesar de reconhecer tais dificuldades do diálogo, o cardeal Ratzinger afirmou na XX Jornada Mundial da Juventude, em Colônia (Alemanha), em agosto de 2005, diante do encontro com os muçulmanos, sobre o que há de comum nas duas religiões e a possibilidade de esquecer as

guerras do passado, recordando aquilo que os Padres do Concílio Vaticano II disseram acerca das relações com os muçulmanos, na declaração *Nostra Aetate*, que chamou de a “carta-magna do diálogo com o Islã”. Nesse encontro, o cardeal Ratzinger reconheceu seu apreço pelos muçulmanos, conforme o texto conciliar do Vaticano II:

A Igreja tem grande apreço pelos muçulmanos, que adoram ao Deus único, vivo e subsistente, misericordioso e onipotente, Criador do céu e da terra e que falou aos seres humanos, chamados a se submeterem inteiramente aos seus decretos, mesmo ocultos, como a ele se submeteu Abraão, a quem a fé islâmica claramente se refere [...]. No correr dos tempos verificaram-se inúmeras dissensões e lutas entre cristãos e muçulmanos. No entanto, o Concílio agora convida todos a superarem esse passado e a cultivarem sinceramente a compreensão mútua, a fim de protegermos e promovermos, juntos, em favor de todos os seres humanos, a justiça social, os bens morais, a paz e a liberdade (NA, n. 3).

Em 2006, em uma mensagem dirigida aos participantes do 20º Encontro Inter-religioso de Assis, afirmou que os participantes “não se prestassem a interpretações sincretistas, fundadas numa concepção relativista”, e concluiu explicando que “mesmo quando nos encontramos juntos a rezar pela paz, é necessário que a oração se realize segundo aqueles caminhos distintos que são próprios das várias Religiões. Esta foi a escolha de 1986, e tal escolha não pode deixar de ser válida também hoje” (Bento XVI, 2006). No ano de 2011, o Papa Bento XVI presidiu o Encontro de Assis.

Em sua encíclica *Caritas in Veritate* (2009), o Papa Bento XVI criticou fortemente o relativismo, a falta de discernimento adequado e que não se pode aceitar propostas religiosas que isolam o ser humano na busca do bem-estar individual, limitando-se a satisfazer seus anseios psicológicos:

Também outras culturas e outras religiões ensinam a fraternidade e a paz, revestindo-se, por isso, de grande importância para o desenvolvimento humano integral; mas não faltam comportamentos religiosos e culturais em que não se assume plenamente o princípio do amor e da verdade, e acaba-se, assim, por refrear o verdadeiro desenvolvimento humano ou mesmo impedi-lo. O mundo atual registra a presença de algumas culturas de matiz religiosa que não empenham o homem na comunhão, mas isolam-no na busca do

bem-estar individual, limitando-se a satisfazer os seus anseios psicológicos. Também uma certa proliferação de percursos religiosos de pequenos grupos ou mesmo de pessoas individuais e o sincretismo religioso podem ser fatores de dispersão e de apatia. Um possível efeito negativo do processo de globalização é a tendência a favorecer tal sincretismo, alimentando formas de “religião” que, em vez de fazer as pessoas encontrarem-se, alheiam-nas umas das outras e afastam-nas da realidade. Simultaneamente, às vezes perduram legados culturais e religiosos que bloqueiam a sociedade em castas sociais estáticas, em crenças mágicas não respeitadoras da dignidade da pessoa, em comportamentos de sujeição a forças ocultas (CV, n. 55).

Na mesma Encíclica, o Papa Bento XVI (CV, n. 29) ressaltou a importância do “direito à liberdade religiosa” como recurso necessário ao desenvolvimento do ser humano, sabendo que “a liberdade religiosa não significa indiferentismo religioso, nem implica que todas as Religiões sejam iguais” (CV, n. 55). Em maio de 2009, se dá a peregrinação de Bento XVI à Terra Santa e, diante do Muro das Lamentações, repete o mesmo gesto de seu predecessor. No Prefácio do livro *Fé, Verdade, Tolerância: o Cristianismo e as grandes Religiões do mundo*, reconheceu que “num mundo cada vez menor, a questão do encontro entre as Religiões e as culturas se tornou um tema urgente que não interessa somente à Teologia” (Bento XVI, 2007, p. 13).

Pode-se dizer que as posições de Bento XVI foram mais de descontinuidade do que continuidade, não ignorando importantes diálogos que o Pontífice realizou durante algumas de suas viagens apostólicas, por exemplo, aos Camarões, dialogando com os representantes da comunidade muçulmana, ou à França, dialogando com uma delegação judia, ou, ainda, aos Estados Unidos, em que dialogou com vários representantes de outras religiões.

O pontificado de Francisco (2013-atual)

O atual pontificado do Papa Francisco está repleto de palavras e gestos que corroboram para uma Igreja mais aberta e disponível, em clara continuidade com o ensinamento conciliar. Em sua carta-magna, a Exortação *Evangelii*

Gaudium (2013), o Papa Francisco faz referência a essa temática. Esse documento permanece sempre presente ao longo de seus discursos e ensinamentos. O Pontífice reconhece a grave necessidade do diálogo inter-religioso:

Uma atitude de abertura na verdade e no amor deve caracterizar o diálogo com os crentes das religiões não-cristãs, apesar dos vários obstáculos e dificuldades, de modo particular os fundamentalismos de ambos os lados. Este diálogo inter-religioso é uma condição necessária para a paz no mundo e, por conseguinte, é um dever para os cristãos e também para outras comunidades religiosas. Este diálogo é, em primeiro lugar, uma conversa sobre a vida humana ou simplesmente – como propõem os Bispos da Índia – “estar aberto a eles, compartilhando as suas alegrias e penas”. Assim aprendemos a aceitar os outros, na sua maneira diferente de ser, de pensar e de se exprimir. Com este método, poderemos assumir juntos o dever de servir a justiça e a paz, que deverá tornar-se um critério básico de todo o intercâmbio. Um diálogo, no qual se procurem a paz e a justiça social, é em si mesmo, para além do aspecto meramente pragmático, um compromisso ético que cria novas condições sociais (EG, n. 250).

No pensamento do Papa Francisco está a ideia de que, reconhecendo a própria realidade que nos cerca, ambos os lados precisam encontrar um meio-termo e não somente as outras religiões ceder ao Cristianismo, ou vice-versa. Em seguida, nota-se a ideia de que é responsabilidade de ambos se empenhar pelo diálogo, condição necessária para a paz. Ensina ainda que o diálogo inter-religioso é, em primeiro lugar, uma conversa sobre a vida humana, uma partilha de alegrias e penas, ou seja, não está centrado na doutrina ou aspectos dogmáticos das religiões. O Papa Francisco (EG, n. 251) salienta que:

Um sincretismo conciliador seria, no fundo, um totalitarismo de quantos pretendem conciliar prescindindo de valores que os transcendem e dos quais não são donos. A verdadeira abertura implica conservar-se firme nas próprias convicções mais profundas, com uma identidade clara e feliz, mas “disponível para compreender as do outro” e “sabendo que o diálogo pode enriquecer a ambos”.

Na sua trajetória, o diálogo inter-religioso não é algo que surge quando de sua eleição para o papado. Antes de sua eleição, ainda como

Arcebispo de Buenos Aires, o cardeal Bergoglio era já muito conhecido seu esforço pelo diálogo ecumênico e inter-religioso. Em seu livro, com coautoria do rabino Abraham Skorka, intitulado *Sobre o céu e a terra*, afirma:

O diálogo nasce de uma atitude de respeito pela outra pessoa, de um convencimento de que o outro tem algo de bom a dizer; implica abrir um lugar em nosso coração para seu ponto de vista, sua opinião e sua proposta. Dialogar implica uma acolhida cordial e não uma condenação prévia. Para dialogar é preciso saber baixar as defesas, abrir as portas de casa e oferecer calor humano [...]. Com Skorka nunca tive que negociar minha identidade católica, assim como ele não o fez com sua identidade judaica, e isso não só pelo respeito que temos um pelo outro, mas também porque assim concebemos o diálogo inter-religioso (Bergoglio; Skorka, 2013, p. 12-13).

Vale recordar que Papa Francisco participou do Encontro de Assis em 2016, 30 anos após o evento protagonizado por João Paulo II, confirmando o “espírito de Assis”. A expressão “Igreja em saída”, tão cara ao Papa Francisco, entre tantas possibilidades de interpretações, tem tudo a ver com o diálogo aberto e sincero da Igreja com as outras culturas, com as outras Igrejas cristãs e com as diversas religiões espalhadas pelo mundo afora. A “Igreja em saída” deve ser vivida numa perspectiva do diálogo inter-religioso, em que esse mesmo diálogo pode e deve ser a chave para vencer o fechamento e o individualismo.

Em suas viagens apostólicas, já visitou inúmeros países de maioria muçulmana, tais como: Turquia, Albânia, Jordânia, Palestina, Bósnia e Herzegovina, Azerbaijão, Bangladesh, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iraque, Marrocos, Sudão do Sul, Cazaquistão (no qual participou do Congresso de Líderes das Religiões Mundiais e Tradicionais) e Bahrein (Fórum do Bahrein para o Diálogo: Oriente e Ocidente para a Coexistência Humana); países de maioria budista, tais como: Tailândia, Japão, Coreia do Sul, Sri Lanka e Myanmar; e países de maioria judaica como Israel.

Na sua 18ª Viagem Apostólica ao Egito, em abril de 2017, ao discursar na Conferência Internacional em prol da Paz, destacou sua compreensão de diálogo inter-religioso do seguinte modo:

Precisamente no campo do diálogo, sobretudo inter-religioso, sempre somos chamados a caminhar juntos, na convicção de que o futuro de todos depende também do encontro entre as religiões e as culturas. Oferece-nos um exemplo concreto e encorajador, neste sentido, o trabalho do *Comitê Misto para o Diálogo entre o Conselho Pontifício para o Diálogo Inter-religioso e o Comitê de Al-Azhar para o Diálogo*. Há três diretrizes fundamentais que, se forem bem conjugadas, podem ajudar o diálogo: *o dever da identidade, a coragem da alteridade e a sinceridade das intenções*. *O dever da identidade*, porque não se pode construir um verdadeiro diálogo sobre a ambiguidade nem sobre o sacrifício do bem para agradar ao outro; *a coragem da alteridade*, porque quem é cultural ou religiosamente diferente de mim não deve ser visto e tratado como um inimigo, mas recebido como um companheiro de viagem, na genuína convicção de que o bem de cada um reside no bem de todos; *a sinceridade das intenções*, porque o diálogo, enquanto expressão autêntica do humano, não é uma estratégia para se conseguir segundos fins, mas um caminho de verdade, que merece ser pacientemente empreendido para transformar a competição em colaboração (Francisco, 2017, n.p.).

Na viagem apostólica aos Emirados Árabes Unidos, em fevereiro de 2019, por ocasião do VIII centenário do encontro entre São Francisco de Assis e o sultão al-Malik al-Kamil, participou do Encontro Inter-Religioso Internacional sobre a Fraternidade Humana. Identifica-se em seu discurso palavras, que, de certa forma, fazem um contrapeso às afirmações da *Dominus Iesus*:

É certo que, "apesar de os irmãos estarem ligados por nascimento e possuem a mesma natureza e a mesma dignidade, a fraternidade exprime também a multiplicidade e a diferença que existe entre eles". Expressão disso mesmo é a pluralidade religiosa. Neste contexto, a atitude correta não é a uniformidade forçada nem o sincretismo conciliador: o que estamos chamados a fazer como crentes é trabalhar pela igual dignidade de todos em nome do Misericordioso, que nos criou e em cujo Nome se deve buscar a composição dos contrastes e a fraternidade na diversidade. Gostaria, aqui, de reiterar a convicção da Igreja Católica, segundo a qual "não podemos invocar Deus como Pai comum de todos, se nos recusamos a tratar como irmãos alguns homens, criados à sua imagem" (Francisco, 2019, n.p.).

Largos traços, alguns elementos se sobressaem nesse discurso do Papa Francisco: o objetivo da paz entre as religiões; o desejo de que todos "precisamos entrar juntos, como uma única

família, numa arca que possa sulcar os mares tempestuosos do mundo: a arca de fraternidade"; a superação de qualquer forma de violência, "porque seria uma grave profanação do Nome de Deus" e não considerar os outros como inimigos e adversários; a necessidade de que a religião não seja instrumentalizada. O Papa Francisco (2019) reconhece que a "verdadeira religiosidade consiste em amar a Deus de todo o coração e ao próximo como a si mesmo", elemento transversal a todas as religiões.

Na Encíclica *Fratelli Tutti: Sobre a fraternidade e a amizade social*, Francisco (2020) afirmou que "Entre as religiões, é possível um caminho de paz". O Pontífice defende que o diálogo é o caminho para construir a fraternidade social e a paz entre as religiões:

Às vezes, a violência fundamentalista desencadeia-se em alguns grupos de qualquer religião pela imprudência dos seus líderes. Mas "o mandamento da paz está inscrito nas profundezas das tradições religiosas que nós representamos. [...] Nós, líderes religiosos, somos chamados a ser verdadeiros 'dialogantes', a agir na construção da paz, e não como intermediários, mas como mediadores autênticos. Os intermediários procuram contentar todas as partes, com a finalidade de obter um lucro para si mesmos. O mediador, ao contrário, é aquele que nada reserva para si próprio, mas que se dedica generosamente, até se consumir, consciente de que o único lucro é a paz. Cada um de nós é chamado a ser um artífice da paz, unindo e não dividindo, extinguindo o ódio em vez de o conservar, abrindo caminhos de diálogo em vez de erguer novos muros" (FT, n. 284).

Em junho de 2022, ao receber em audiência, no Vaticano, uma Delegação Budista da Tailândia, composta por 33 eminentes monges budistas das escolas *Theravada* e *Mahayana*, em comemoração ao 50º aniversário do encontro histórico do 17º Patriarca Budista Supremo da Tailândia, com o Papa Paulo VI, Francisco afirmou:

Infelizmente, de todos os lados ouvimos o grito de uma humanidade ferida e de uma Terra dilacerada. Buda e Jesus entenderam a necessidade de superar o egoísmo que gera conflito e violência. O Dhammapada resume os ensinamentos de Buda da seguinte forma: "Evitar o mal, cultivar o bem e purificar a mente. Este é o ensinamento de Buda". Jesus disse aos seus discípulos: "Dou-vos um novo mandamento: Amai-vos uns aos outros. Como eu vos

amei, assim também vós deveis amar-vos uns aos outros". É nossa tarefa hoje guiar nossos respectivos fiéis a um sentido mais vivo da verdade de que somos todos irmãos e irmãs. E isso significa que devemos trabalhar juntos para cultivar compaixão e hospitalidade para todos os seres humanos, especialmente os pobres e marginalizados (Jaguraba, 2022, n.p.).

O Papa Francisco tem defendido o pluralismo religioso como uma das principais características do mundo atual e um desafio para a Igreja Católica. Ele acredita que o respeito às diferenças religiosas é fundamental para a paz e a harmonia entre as pessoas e as nações. O Papa tem feito esforços para promover o diálogo inter-religioso e o respeito mútuo entre as diversas tradições religiosas, especialmente com as grandes religiões do mundo, como o Islamismo e o Hinduísmo. Além disso, ele tem enfatizado a importância da tolerância e do respeito às crenças e tradições dos outros, como uma forma de construir uma sociedade mais justa e fraterna. O pluralismo religioso é, portanto, uma questão central no magistério do Papa Francisco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso deste artigo, observou-se que, em um contexto de pluralismo cada vez mais acentuado no mundo, assumir o princípio pluralista é, sem dúvidas, dar um salto qualitativo no campo do diálogo inter-religioso. Reconhece-se que o pluralismo religioso é uma característica fundamental de nossos tempos. Trata-se de um desafio, porém um desafio positivo, apesar das dificuldades e incompreensões. O Concílio Vaticano II foi o primeiro Concílio que pensou e falou positivamente sobre as outras religiões reconhecendo seus valores à luz dos Padres da Igreja.

Em vista da pauta assumida pelos papas pós-conciliares, pode-se concluir que o diálogo pluralista inter-religioso hoje se tornou parte das "funções públicas" de um papa, reverberando a abertura teológica presente no Concílio Vaticano II⁶. Todavia, ainda há pela frente um longo e árduo caminho a ser percorrido nesse campo. Apesar dos passos significativos dados no Vaticano II em

relação ao mundo pluralista, ainda é imperativo reconhecer que os avanços no diálogo inter-religioso estão apenas "engatinhando", porém não se deve ter medo de "avançar para águas mais profundas" (Lc 5,4), permanecendo livres de modelos imóveis e cristalizados e movendo-se como o Espírito que "sopra onde quer" (Jo 3,8) para um real "diálogo sincero, que nos torne dóceis e prontos em realizar os impulsos do Espírito" (GS, n. 92).

Não se deve descuidar da significativa importância dessa temática para o mundo atual. As repercussões, continuidades e descontinuidades encontradas no magistério dos Papas pós-conciliares nos interpelam sobre qual o real significado do diálogo inter-religioso, a partir do Concílio Vaticano II. Velhos modelos devem ser abandonados de uma vez por todas e o pluralismo religioso não ser visto mais como inimigo, mas como um dom de Deus.

Concorda-se que, atualmente, o meio mais eficaz de evangelizar não é senão pelo reconhecimento da necessidade e importância do diálogo inter-religioso, respeitando, assim, o pluralismo cultural, religioso, ético e social que há em nosso mundo moderno. Sem dúvidas, o desafio do pluralismo é bastante atual em nossa atuação pastoral.

REFERÊNCIAS

BENTO XVI. **A Revolução de Deus**. São Paulo: Paulinas, 2007.

BENTO XVI. **Carta Encíclica Caritas in Veritate**. São Paulo: Paulus, 2009.

BENTO XVI. **Mensagem no 20º aniversário do encontro inter-religioso de oração pela paz convocado por João Paulo II**. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2006. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/letters/2006/documents/hf_ben-xvi_let_20060902_xx-incontro-assisi.html. Acesso em: 30 maio 2022.

BERGOGLIO, Jorge; SKORKA, Abraham. **Sobre o céu e a terra**. São Paulo: Paralela, 2013.

BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. Petrópolis: Vozes, 1982.

⁶ Pode-se dizer que o Papa Bento XVI assumiu, porém, com "abertura" exclusivista e não pluralista.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. **O Cristianismo e as Religiões**. São Paulo: Loyola, 1997.

COMPÊNDIO DO VATICANO II. **Mensagens, discursos, documentos**. São Paulo: Paulinas, 2007.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Declaração Dominus Iesus**. São Paulo: Paulinas, 2009.

DENZINGER, Heinrich. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral**. São Paulo: Paulinas; Loyola, 2007.

DUPUIS, Jacques. **O Cristianismo e as Religiões: do desencontro ao encontro**. São Paulo: Loyola, 2004.

FRANCISCO. **Carta Encíclica Fratelli Tutti**. São Paulo: Paulus, 2020.

FRANCISCO. **Discurso do Santo Padre aos participantes na Conferência Internacional em prol da Paz**. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2017. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/april/documents/pa-pa-francesco_20170428_egitto-conferenza-pace.html. Acesso em: 14 maio 2022.

FRANCISCO. **Encontro inter-religioso**. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2019. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2019/february/documents/papa-francesco_20190204_emiratarabi-incontrointerreligioso.html. Acesso em: 19 maio 2022.

FRANCISCO. **Evangelii Gaudium**. A Alegria do Evangelho: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulus, 2013.

JAGURABA, Mariangela. O Papa: Buda e Jesus entenderam a necessidade de superar o egoísmo que gera conflito e violência. **Vatican News**, 17 jun. 2022. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2022-06/papa-francisco-delegacao-budista-tailandia-dialogo-jesus-buda.html>. Acesso em: 18 jun. 2022.

JOÃO PAULO II. **Carta Encíclica Fides et Ratio**. São Paulo: Paulinas, 1998.

JOÃO PAULO II. **Carta Encíclica Redemptoris Missio**. São Paulo: Paulinas, 1990.

JOÃO PAULO II. **Cruzando o limiar da Esperança**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994.

O'MALLEY, John W. **História católica para a Igreja de hoje**. Petrópolis: Vozes, 2021.

PAULO VI. **Constituição dogmática Lumen Gentium sobre a Igreja**. Roma, 1964. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html. Acesso em: 18 jun. 2022.

PAULO VI. **Constituição pastoral Gaudium et Spes sobre a Igreja no mundo actual**. Roma, 1965a. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html. Acesso em: 18 jun. 2022.

PAULO VI. **Declaração Nostra Aetate sobre a igreja e as religiões não-cristãs**. Roma, 1965b. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651028_nos-tra-aetate_po.html. Acesso em: 18 jun. 2022.

PAULO VI. **Decreto Ad Gentes sobre a atividade missionária da Igreja**. Roma, 1965c. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_ad-gentes_po.html. Acesso em: 18 jun. 2022.

PHAN, Peter C. Diálogo inter-religioso: 50 anos após o Vaticano II. **Cadernos Teologia Pública**, São Leopoldo, v. 11, n. 86, p. 3-18, 2014.

RATZINGER, Joseph. **Fé, Verdade, Tolerância: o Cristianismo e as grandes Religiões do mundo**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio (Ramon Llull), 2007.

RATZINGER, Joseph. **O Sal da Terra**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

TEIXEIRA, Faustino. Os 25 anos de pontificado de João Paulo II. **Diálogos**, 21 abr. 2010. Disponível em: <http://fteixeira-dialogos.blogspot.com/2010/04/os-25-anos-do-pontificado-de-joao-paulo.html?m=0>. Acesso em: 11 maio 2022.

TEIXEIRA, Faustino. **Teologia e pluralismo religioso**. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2012.

VIGIL, José Maria. **Teologia do Pluralismo Religioso: para uma releitura pluralista do cristianismo**. São Paulo: Paulus, 2006.

Antônio Genivaldo Cordeiro de Oliveira

Doutor em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, 2016). Mestre em Christian Thought pela Nanzan University, Japão. Bacharel Pontifício em Teologia. Pesquisador associado do Centro de Estudos de Religiões Alternativas no Brasil (CERAL) da PUC-SP e do GEASIA no Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais (NUPRI) e no Grupo de Pesquisa Pensamento Japonês da USP. Professor da pós-graduação da Faculdade de Teologia da PUC-SP.

Anderson Costa Pereira

Mestrando em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Especialização em Sagradas Escrituras pela Faculdade Claretiana (2016). Especialização em Ciências da Religião pela Faculdade Unyleya (2018). Bacharel em Teologia pelo Instituto de Estudos Superiores do Maranhão (IESMA, 2017). Membro do Grupo de Pesquisa Religião e Política no Brasil Contemporâneo (PUC-SP).

Endereço para correspondência:

ANTÔNIO GENIVALDO CORDEIRO DE OLIVEIRA

Avenida Nazaré, 993

Ipiranga, 04263100

São Paulo, SP, Brasil

ANDERSON COSTA PEREIRA

Rua Angá, 994

Vila Formosa, 03360-000

São Paulo, SP, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.